

**Aviso****Contratos de trabalho a termo resolutivo certo**

Por despacho de 2 de Novembro de 2006 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, do *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006):

Adelaide Conceição Saraiva Reis, Anabela Vieira Rainha Grácio e Maria João Farinha Monteiro Pires — celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, para o exercício de funções equiparadas a auxiliares de acção educativa.

Por despacho de 8 de Novembro de 2006 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, do *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006):

Maria Assunção de Sousa Barros Chichorro Marcão — celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, para o exercício de funções equiparadas a auxiliar de acção educativa.

28 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000221782

**Aviso****Nomeações**

Por despacho de 27 de Novembro de 2006 do director de Departamento de Recursos Humanos (subdelegação de 10 de Novembro de 2006, do *Boletim Municipal*, n.º 666, de 23 de Novembro de 2006):

Francisco José Guilherme Pereira, técnico superior (sociologia) assessor, do grupo de pessoal técnico superior — nomeado, precedendo concurso, técnico superior (sociologia) assessor principal, do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município.

28 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000221784

**Aviso****Contratos administrativos de provimento**

Por despacho de 29 de Novembro de 2006 do director de Departamento de Gestão de Recursos Humanos (subdelegação de 10 de Novembro de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 666, de 23 de Novembro de 2006):

Bruno José da Silva Tavares, Fátima Sofia Martinho Velez, Filipa Couto da Silva Gomes, Maria do Carmo Silva Gonçalves, João Pedro dos Santos Tavares, José Aristides Correia Bernardo, Sandra Sofia Rodrigues Barroso, Paula Cristina Dias Domingos, Paulo Alexandre Domingos Vieira, Paulo Alexandre Silva dos Santos Alves, Sandra Cristina Barreira Coelho, Sónia Maria Antunes Silva, Susana Alexandra Martins Guerreiro, Susana do Rosário Almeida Amado Afonso e Vanda Isabel de Jesus Soares Simões — celebrados, precedendo concurso, contratos administrativos de provimento, como técnicos superiores (economia, finanças e gestão) estagiários, do grupo de pessoal técnico superior.

30 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000221777

**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ****Aviso****Concurso n.º 15/2006 interno geral de acesso para provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira de arquitecto do grupo de pessoal técnico superior.**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 15 de Novembro de 2006, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno geral

de acesso para provimento de um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira de arquitecto do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal deste município.

Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

1 — Ao presente concurso são aplicadas as regras constantes nos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, 412-A/98, de 30 de Dezembro, 112/90, de 4 de Abril, e 6/96, de 31 de Janeiro.

2 — Prazo de validade — o presente concurso é válido unicamente para o lugar indicado, caducando com o respectivo provimento.

3 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Loulé e as condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para a administração pública local.

4 — Condições gerais e especiais de admissão:

4.1 — Requisitos gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

4.2 — Requisitos especiais — ser técnico superior de 2.ª classe com, pelo menos, três anos na categoria classificados de *Bom*.

5 — Métodos de selecção — será utilizado como único método de selecção a avaliação curricular.

5.1 — Factores de apreciação da avaliação curricular: destina-se a avaliar as aptidões profissionais dos candidatos ponderando, de acordo com as exigências da função, a habilitação académica de base, a formação profissional, a experiência profissional e a classificação de serviço.

6 — Classificação final — a classificação final dos concorrentes, expressa numa escala de 0 a 20 valores, será a resultante da média aritmética simples das classificações obtidas em cada um dos factores da avaliação curricular.

Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa constam da acta das reuniões do júri, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Loulé, e entregue pessoalmente na Secção de Expediente e Arquivo desta autarquia, contra recibo, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado, para a Câmara Municipal de Loulé, Praça da República, 8100 Loulé, devendo constar os seguintes elementos:

a) Nome, estado civil, data de nascimento, filiação, nacionalidade e nacionalidade, residência, código postal, número de telefone, situação militar, se for caso disso, número, data e serviço de identificação que emitiu o bilhete de identidade, número de contribuinte;

b) Habilitações literárias;

c) Categoria detida, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;

d) Classificação de serviço obtida nos anos relevantes para a promoção;

e) Menção do concurso a que se candidata, bem como do *Diário da República* em que se encontra publicado o presente aviso;

f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito ou por constituírem motivos de preferência legal, designadamente os previstos no n.º 1 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, os quais só serão tidos em consideração pelo júri quando devidamente comprovados.

7.1 — Os candidatos deverão ainda indicar no respectivo requerimento, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, enunciados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sob pena de exclusão.

7.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

a) Currículo profissional detalhado, devidamente datado e assinado, donde constem, designadamente, as funções que exerce e as exercidas anteriormente e os períodos a que umas e outras se reportam, bem como a formação profissional detida e respectiva duração;

b) Declaração actualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, inequivocamente, a natureza do vínculo, a categoria detida, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na